



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

ATA Nº 012/2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às 09h e 15min (nove horas e quinze minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 14º andar, a tricentésima octogésima reunião do Conselho de Administração do PREVIMPA. A sessão foi presidida pelo conselheiro Eros Miguel Sadowoy Martins e por Fatima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Adão Tadeu Gomes de Oliveira, André Brum de Sá, Carlos Adolfo Bernd, Francisco José Menezes da Silva, José Marcelino Heck, Juarez José da Silva, Luciane Pereira da Silva, Luis Fernando de Fraga Silva, Luis Ferrari Borba, Elizabeth Fernandes de Andrade, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Tatiana Caroline Manica Schapke e os conselheiros suplentes: Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, Lourdes Veneranda Camaratta, Paulo Valentim Saldanha Fernandez, Laerte Campos de Oliveira e Liége Mentz. Aberta a sessão, o Presidente fez uma breve explanação acerca da saída da secretária executiva do conselho, a servidora Marinei de Rosso e desejou boas vindas ao novo secretário executivo, o servidor Paulo Haas. A secretária de mesa, falou sobre a proximidade entre ela e a secretária executiva que está deixando o conselho para retornar à Secretaria Municipal da Fazenda, saída esta que deveria ocorrer somente no final do corrente mês e que, apesar de saber tratar-se de uma CC de livre nomeação do Diretor Geral, ficou surpresa com a antecipação devido à maneira como tudo aconteceu. Passou então a leitura da Ata Declaratória de Homenagem, nº 001/2013, onde ressalta o excelente trabalho e a dedicação da Servidora Marinei de Rosso durante o período em que esteve exercendo a função de Secretária Executiva do conselho e que foi assinada por todos os conselheiros. O Conselheiro Laerte Campos de Oliveira, Diretor Geral em exercício, falou da necessidade de por vezes ter que tomar decisões dolorosas, em virtude do cargo ocupado e que já havia uma solicitação, por parte do Gabinete do Prefeito, de nomeação de uma pessoa no PREVIMPA. Agradeceu à servidora Marinei pelos trabalhos prestados. O Presidente questionou se todos leram a Ata nº 011 da sessão do dia 11/06/13 e se concordam com a aprovação da mesma, sendo consenso de todos que a Ata está em condições de ser aprovada e assinada. Após passou aos informes. O Presidente informou que recebeu uma mensagem eletrônica do Servidor Fábio, da Unidade de Perícia Médica solicitando para cancelar a sua participação que estava programada para ocorrer na reunião do dia 09/7/2013, para apresentação da referida unidade, em virtude do grande acúmulo de trabalho devido à falta de médicos para a realização das perícias e pedindo que sua participação ocorra somente no mês de setembro. O conselheiro Laerte falou das dificuldades enfrentadas pela equipe de perícia médica que fica agravada pela falta de médicos e pela impossibilidade imposta pela LC 478, de concessão de licenças médicas por período superior a trinta dias, uma vez que para períodos superiores a este, o servidor deve ser avaliado por uma junta médica. A conselheira Fatima ressaltou o fato da postergação da participação do representante para apresentação da unidade de perícia médica ser algo recorrente, uma vez que já havia sido agendada sua participação em outra oportunidade e que também não ocorreu. Ressaltou a importância da Unidade de Perícia

48 Médica vir ao conselho colocar suas dificuldades para que o conselho de administração
49 possa ajudar na busca da solução do problema, inclusive solicitando à Administração
50 agilização na nomeação de novos médicos. Comentou que o INSS também estava com
51 problema para a realização das perícias médicas e que o Ministério Público teve que
52 intervir para que ocorresse a agilização. Citou que o conselho de administração foi
53 extremamente importante para solucionar o problema referente à nomeação de mais um
54 atuário para o departamento. O Conselheiro Laerte acolheu a proposta e se comprometeu
55 em tentar agilizar o comparecimento do setor. O Presidente informou que o processo
56 referente às horas extras se encontra na ASSEPLA para que seja realizada a repercussão
57 financeira e que os conselheiros podem acompanhar o andamento do processo pelo
58 sistema. Passando para a ordem do dia que trata da apresentação para apreciação da minuta
59 do Termo de Acordo para pagamento do déficit atuarial, por meio de repasse de imóvel ao
60 PREVIMPA por parte da administração municipal (processo 001.032823.09.6), o
61 presidente passou a palavra ao procurador do Município, Sr. Alexandre Marder que disse
62 ter sido realizada uma análise meramente jurídica, não financeira e a confecção da referida
63 minuta, que passou pela Secretaria Municipal da Fazenda e que esta teria solicitado o
64 acréscimo de um item, onde fica definido que a correção do valor do imóvel em questão
65 seja pela SELIC, uma vez que o montante da dívida está sendo corrigido pelo mesmo
66 indexador, neste caso passando o valor, que inicialmente estava avaliado em três milhões
67 de reais, para três milhões e setecentos mil reais, o que é uma proposta interessante para
68 ambas as partes. Saliou que havia sido criada uma comissão para tratar da compra de
69 um prédio para instalação da sede própria do departamento, porém, devido às dificuldades
70 de encontrar um local que atendesse às necessidades, foi decidido pela aquisição de um
71 terreno para a construção do prédio. Foi enviado questionamento ao Ministério da
72 Previdência Social acerca da possibilidade de receber o imóvel em troca da dívida, a
73 resposta foi positiva, desde que a natureza da dívida seja de déficit atuarial, como é este o
74 caso, nada impede a transação. O terreno será registrado em nome do PREVIMPA com a
75 alusão de vínculo ao regime de capitalização e, somente após o devido registro, será feito o
76 abatimento da dívida. Ao ser questionado pelo conselheiro André quanto à existência de
77 algum óbice jurídico para construir o prédio sede do departamento, o procurador
78 Alexandre informou que questionou o Ministério da Previdência Social sobre este assunto
79 e que a única condição era a origem da dívida ser déficit atuarial. Ao ser questionado pelo
80 conselheiro Luiz Fernando, o procurador Alexandre respondeu que é necessária a
81 aprovação da minuta de Dação em Pagamento pelo conselho para agilizar o processo, após
82 aprovada, será assinado um termo de acordo, posteriormente o Prefeito envia à Câmara
83 Municipal o projeto de lei para liberação do imóvel, após a aprovação do projeto de lei, a
84 EPTC deverá desocupar o terreno para dar posse ao PREVIMPA e ao valor do terreno será
85 aplicada a correção pela SELIC até a assinatura da escritura. A conselheira Fátima
86 comentou que o pagamento que está ocorrendo por conta da dívida, é um valor que a
87 prefeitura coloca à disposição do PREVIMPA e aceitando o recebimento do terreno ele
88 ficaria imobilizado. Segundo afirmação do economista Tiago, quando esteve participando
89 em uma das reuniões do conselho, não há como projetar a exploração com o objetivo de
90 gerar rendimentos, sem ter uma avaliação de qual tipo de empreendimento seria rentável e
91 esta avaliação só poderia ser feita posteriormente. A conselheira sugeriu a criação de uma
92 comissão para analisar o processo. A conselheira Elizabeth questionou como vai ser feita a
93 transação em cima de um imóvel sem saber seu potencial construtivo? Será este o
94 investimento mais adequado a ser feito com o dinheiro de futuras aposentadorias? O
95 presidente Eros argumentou que o terreno está localizado em uma área voltada a

96 administração pública, pois lá naquela região funcionam várias estruturas públicas, como
 97 por exemplo, o Foro Central, Ajuris e outros. O conselheiro Ricardo disse ser uma área
 98 extremamente visada por construtoras, disse tratar-se de um grande negócio, tanto que a
 99 própria prefeitura relutou durante muito tempo em aceitar este negócio. Hoje o
 100 departamento paga aluguel, o imóvel é uma garantia, as gestões anteriores deste Conselho
 101 de Administração, lutaram muito para que fosse adquirida a sede própria. A conselheira
 102 Fátima ressaltou o fato de a aquisição da sede própria ser uma demanda do Conselho de
 103 Administração e não da administração municipal. O conselheiro Luiz Fernando afirmou
 104 que as preocupações tem fundamento que é necessário um prazo para avaliar a situação,
 105 listar os questionamentos para serem respondidos, inclusive quanto à EPTC. Quanto ao
 106 investimento, não é para agora e sim a longo prazo. De quanto será a economia com
 107 aluguel no longo prazo? Já existem outros negócios no entorno. Sugeriu montar uma
 108 comissão para fazer um levantamento das possibilidades e trazer para apreciação dos
 109 conselheiros. O Presidente Eros afirmou estarem tratando de assuntos posteriores e que,
 110 portanto, devem ser discutidos posteriormente e que antes de formar a comissão deveria ser
 111 aprovada a minuta. O Conselheiro Luís Ferrari afirmou ser necessário ser mais ágil e
 112 procurar fugir da burocracia, mas sempre deixando as coisas bem claras, nesse sentido
 113 concorda com as preocupações das conselheiras Elizabeth e Fátima e propõe a constituição
 114 de uma Comissão para analisar o processo, como de praxe em relação a processos
 115 administrativos encaminhados para análise deste Conselho. O conselheiro Luiz Fernando
 116 de Fraga Silva afirmou que os conselheiros que pediram análise do processo, não são
 117 contra a dação, mas sim, a formalização da análise e parecer sobre os questionamentos. A
 118 conselheira Fátima disse ser de praxe constituir uma comissão para avaliação formal de
 119 processos e sugeriu acostar ao processo, a resposta do Ministério da previdência Social
 120 quanto à negociação. O Presidente Eros colocou para votação nominal dos conselheiros
 121 quanto a criar a comissão e aprovar a dação com anexação da ata ao processo, tendo como
 122 resultado treze votos pela aprovação da negociação e sete votos pela criação da comissão.
 123 Votaram pela criação da comissão os conselheiros(as) Carlos, Fátima, Luciane, Luiz
 124 Fernando, Luiz Ferrari, Elizabeth e Ricardo. Votaram pela aprovação da dação com
 125 anexação da ata ao processo, os conselheiros(as) Adão, André, Eros, Francisco, José
 126 Marcelino, Juarez, Pedro, Tatiana, Cleida, Lourdes, Paulo, Laerte e Liege. Não havendo
 127 nada mais a tratar foi encerrada a reunião às 10h e 45 min (dez horas e quarenta e cinco
 128 minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Fatima Regina Carlos
 129 Saikoski, secretária de Mesa e pelos demais presentes.

130

131

132 Eros Miguel Sadowoy Martins – Presidente Fatima Regina Carlos Saikoski - Secretária

133

134

135 Adão Tadeu Gomes de Oliveira André Brum de Sá

136

137

138 Carlos Adolfo Bernd Francisco José Menezes da Silva

139

140

141 José Marcelino Heck Juarez José da Silva

142

143

144	Luciane Pereira da Silva	Luis Fernando de Fraga Silva
145		
146		
147	Luis Ferrari Borba	Elizabeth Fernandes de Andrade
148		
149		
150	Pedro Luis Martins	Ricardo Zucareli Pulvirenti
151		
152		
153	Tatiana Caroline Manica Schapke	Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes
154		
155		
156	Lourdes Veneranda Camaratta	Paulo Valentim Saldanha Fernandez
157		
158		
159	Laerte Campos de Oliveira	Liége Mentz
160		